

XVII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DOS MINISTROS E MINISTRAS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO

Bogotá, 7 e 8 de julho de 2016

CONSENSO DE BOGOTÁ

Nós, os Ministros e delegados de Administração Pública e Reforma do Estado, reunidos durante os dias 7 e 8 de julho de 2016, na cidade de Bogotá, sob a iniciativa e liderança do Governo da Colômbia através do Departamento Administrativo da Função Pública – DAFP, a Escola Superior de Administração Pública – ESAP, e o Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD:

Destacando a relevância e pertinência das reuniões ministeriais de administração pública e reforma do Estado, como cenários idôneos para discutir os desafios prioritários enfrentados pelas administrações públicas da região ibero-americana.

Reafirmando o nosso compromisso com o fortalecimento da integridade e a confiança nas entidades e instituições da administração pública através de três pilares fundamentais: a entrega de informação de maneira eficiente, transparente e inclusiva; a participação de uma cidadania capaz de exercer controle social e de exigir os seus direitos; e servidores públicos comprometidos e cada vez mais profissionalizados.

Conscientes de que a região ibero-americana está comprometida com o fortalecimento da confiança nas entidades e instituições estatais, e com um enfoque de governo que permita aprofundar o acesso a espaços de participação cidadã adequados aos contextos e dinâmicas de nossa região, que contribuirão de maneira significativa para a deliberação pública; e que neste sentido, a “Carta Ibero-americana de Governo Aberto” constituirá uma plataforma relevante para a articulação dos elementos requeridos para este fim.

Tendo centrado os nossos trabalhos na administração pública e nos jovens, sendo este último um dos três eixos centrais que serão objeto de discussão na Reunião Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo a realizar-se nos dias 28 e 29 de outubro, na cidade de Cartagena das Índias.

Destacando que estamos diante da geração jovem mais e melhor preparada, com maior acesso à educação, e com um manejo adequado das tecnologias da informação, determinantes para encarar os desafios de nossa sociedade e suas administrações públicas.

Ressaltando a pertinência de dotar de uma perspectiva geracional o conjunto das políticas públicas, situando-as como políticas transversais.

Evidenciando a necessidade de desenhar e implementar políticas públicas inovadoras e integrais que respondam a uma análise crítica das problemáticas relativas à administração pública e às juventudes, e que, por sua vez tomem em consideração as diversas, complexas e desiguais realidades dos países da comunidade ibero-americana.

E reconhecendo a importância da promoção do diálogo e alto nível em torno do vínculo existente entre jovens, políticas de juventude, administração pública e reforma do Estado.

Acordamos:

1. Impulsionar transformações em nossas administrações públicas que permitam uma maior participação dos jovens, e que favoreçam a construção de sistemas integrados e integrais em políticas de juventude.
2. Promover a integração dos jovens na administração pública e, neste sentido, qualificar a formação através de parcerias entre os centros de formação públicos ou privados, a academia, grupos de jovens e os governos, os laboratórios de inovação pública ou figuras similares, entre outros.
3. Apoiar a iniciativa de um Pacto Ibero-americano da Juventude, mediante o aprofundamento de políticas públicas sobre juventude e através do estímulo de acordos de concertação entre atores públicos e privados para o desenvolvimento juvenil.
4. Solicitar, no âmbito deste pacto, ao Centro Latino-Americano de administração para o Desenvolvimento (CLAD), à Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) e ao Organismo Internacional de Juventude para Ibero-América (OIJ), que desenvolvam uma agenda conjunta orientada ao fortalecimento das políticas públicas de juventude, na medida em que signifique um avanço importante das instâncias especializadas na matéria e na contribuição das administrações públicas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
5. Promover uma oferta de formação de pessoal diretivo e técnico em políticas públicas de juventude, no contexto das ações regulares das entidades, escolas de Administração Pública, e outras; em conjunto com os organismos de juventudes, que possa propiciar a homogeneização de enfoques e estratégias neste campo e, por este meio, facilite a promoção de uma maior integração efetiva entre as diferentes políticas setoriais e transversais de juventude. Neste contexto, reconhecem os esforços da OIJ na consolidação do Manual de Formulação e Implementação de Políticas Públicas de Juventude e no desenvolvimento do Programa de Liderança Público Juvenil.
6. Instalar, no âmbito do CLAD, um Grupo de Trabalho Permanente sobre Políticas Públicas de Juventude, em articulação com a OIJ, apoiado pela SEGIB, e sob a coordenação, nesta oportunidade, do Departamento Administrativo da Função Pública da Colômbia, como país responsável pela Secretaria *Pro Tempore* da XXV Cumbre Ibero-Americana, que facilite o intercâmbio e apresentações em comum das experiências e aprendizagens, para dinamizar a cooperação horizontal no contexto das políticas públicas.
7. Solicitar à SEGIB o apoio ao CLAD no desenvolvimento de políticas públicas, boa governança e fortalecimento institucional. Neste contexto, a SEGIB e o CLAD realizarão uma planificação conjunta.
8. Aprovar "*ad referendum*" a "Carta Ibero-americana de Governo Aberto", sujeita à inclusão das observações expressas pelos ministros e chefes de delegação no contexto da Conferência, como um documento estratégico e de referência que identifica e desenvolve critérios e

princípios orientadores para gerar políticas públicas integrais e transversais a todo o Estado, a partir da perspectiva da boa governança e da qualidade do serviço público, que

espelhe as particularidades presentes no tecido institucional, normativo, cultural e social dos países da região, e ao mesmo tempo, articule os esforços desdobrados no conteúdo das Cartas Ibero-americanas previamente aprovadas e aplicadas.

Igualmente, evidenciando que a ideia de governo aberto é, em toda a sua amplitude e significado, um tema de alcance político e de defesa de direitos, de redistribuição e trabalho conjunto na participação pública; do uso das novas tecnologias da informação (TIC) para a redução das desigualdades e assimetrias; da criação e o acesso aos espaços de participação cidadã e deliberação pública; de prestação de contas, responsabilidade e controle social efetivo; de um processo mais substantivo de diálogo, consenso e construção entre Estado e sociedade civil. Em definitivo, que o governo aberto implica na sua base uma mudança cultural, um novo instrumento para o bom governo: por, para e com a cidadania.

Os governos da Nicarágua e da Venezuela não formam parte da "Carta Ibero-Americana de Governo Aberto".

9. Aprovar, "*ad referendum*", sujeito à inclusão das observações expressas pelos ministros e chefes de delegação no contexto da Conferência, o "Guia de Referência Ibero-americana de competências laborais para o Sector Público", o qual apresenta um repertório de competências estratégicas, fundamentais para a implementação dos documentos e cartas acordadas no âmbito do CLAD, relativas à modernização e fortalecimento da qualidade das Administrações Públicas. Através deste instrumento, cada administração pode gerar, atualizar, ou completar, a revisão aplicável em sua esfera de atuação.
10. Aprovar as áreas temáticas e os eixos transversais do "Programa Acadêmico Regional 2017-2018 da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas-EIAPP", cujo objetivo é proporcionar uma formação contínua e profissionalizada aos servidores públicos, que lhes permita enfrentar os constantes e variáveis desafios à capacidade de resposta e iniciativa dos governos da nossa região.

Igualmente acordamos:

Agradecer ao Governo da República da Colômbia, liderado pelo Senhor Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, representado pelo Departamento Administrativo da Função Pública – DAFP, e à Escola Superior de Administração Pública – ESAP, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, pela excelente organização da conferência, pela sua generosa hospitalidade e a sua contribuição ao clima de confraternidade ibero-americana que caracterizou esta reunião.

Agradecer ao CLAD e à SEGIB por seu apoio e colaboração na realização desta conferência.

Realizar as gestões necessárias, em colaboração com o CLAD, para garantir a convocatória de uma próxima Conferência Ibero-americana de Ministras e Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, no contexto da próxima Cúpula Ibero-Americana.



Todos nós, participantes desta XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, queremos expressar a nossa mais profunda solidariedade com o Governo e o povo da Colômbia pelos êxitos conquistados até a presente data no desenvolvimento do processo de Paz.

Fernando Daniel Viola
Chefe de Gabinete de Assessores da
Unidade do Ministro
Ministério de Modernização
Argentina

Franz Roberto Quisbert Parra
Director Geral de
Normas Gestão Pública
Bolívia

Francisco Silva Durán
Chefe de Direção Jurídica e Assuntos
Institucionais
Chile

Liliana Caballero Durán
Diretora Geral
Dpto. Administrativo da Função Pública
Colômbia

Luis Fallas Calderón
Vice-Ministro
Ministério de Planificação Nacional e Política
Económica
Costa Rica

Raúl Boué Montero
Chefe do Gabinete
Ministério de Educação Superior
Cuba

Pablo Andrés Valencia Ruano
Coord. Geral Planificação de Planificação e
Gestão Estratégica
Secretaria Nacional de Administração Pública
Equador

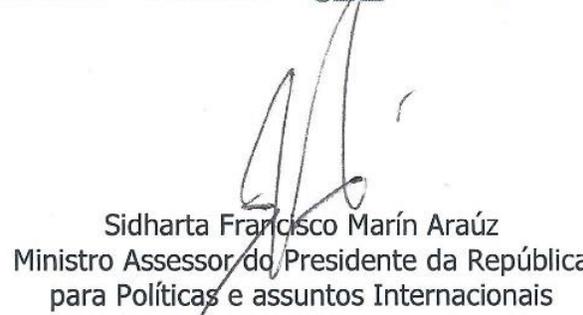
Alberto Enríquez Villacorta
Subsecretaria Técnica e de Planeamento
Presidência da República
El Salvador

Antonio Beteta Barrera
Secretário de Estado de Administrações
Públicas
Ministério da Fazenda e Administrações
Públicas
Espanha

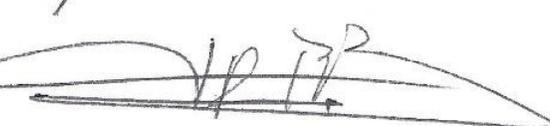
Marco Tulio Cajas López
Gerente do
Instituto Nacional da Administração Pública
Guatemala

Jorge Ramón Hernández Alcerro
Secretário de Estado /Coordenador Geral de Governo
Honduras

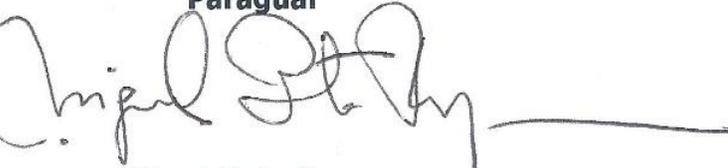

César Antonio Osuna Gómez
Titular da Unidade da Política de Recursos
Humanos da Adm. Pública Federal
Secretaria da Função Pública
México


Sidharta Francisco Marín Araúz
Ministro Assessor do Presidente da República
para Políticas e assuntos Internacionais
Nicaragua


Martha Patricia Rodríguez de González
Secretária Geral
Ministério da Economia e Finanças
Panamá


Humberto R. Peralta Beaufort
Ministro Secretário Executivo
Secretaria da Função Pública
Paraguai


Manuel Gustavo Mesones Castelo
Secretário Geral da Presidência
Conselho de Ministros
Peru


Miguel Prata Roque
Secretário de Estado da
Presidência do Conselho de Ministros
Portugal


Carlos Manzano
Vice-Ministro para Fortalecimento Institucional
Ministério de Administração Pública
República Dominicana


Alberto Scavarelli
Diretor
Escritório Nacional do Serviço Civil
Uruguai


Elio Colmenares
Vice-Ministro de
Planificação Social e Institucional
Venezuela


Salvador Arriola
Secretário para a Cooperação Ibero-Americana
SEGIB


Gregorio Montero
Secretário Geral
CLAD